



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario V. 12, N° 1 (2018)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación,
Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy

Faculdade de Educação, UNICAMP. www.fe.unicamp.br

Sobre a questão: “o que é esclarecimento [aufklärung]?”

Sobre la pregunta: "¿Qué es la ilustración [aufkl-rung]?"

Fabio Batista¹

DOI: <https://doi.org/10.47965/fermen.12.1.17>

Resumo

Nosso objetivo neste artigo é mostrar como a questão sobre o esclarecimento e o debate que dela nasceu fez sobressair temas fundamentais a modernidade: tais como a relação entre política e religião, liberdade de pensamento, emancipação e progresso. Isto é, mostrar de que modo a noção de esclarecimento se encontra com um campo de problemas ético-políticos que ainda nos diz respeito. Pois se não nos perguntamos mais, tal como em 1783 Zöllner perguntava, “o que é esclarecimento?”, talvez outra questão derivada e complementar a primeira nos faça atualmente pensar: podemos ainda nutrir o ideal de uma humanidade emancipada tal como se presumia durante as Luzes? Ou seja, pode o esclarecimento “esclarecer” e emancipar? Para tal tarefa recorreremos a alguns textos importantes do

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Toledo. Este artigo é um dos resultados dos estudos realizados entre julho e dezembro de 2017, sob a coorientação da Professora Andrea Díaz Genis e orientação da Professora Ester Maria Dreher Heuser, na Universidad de la República Uruguay por meio do financiamento do PDSE – Capes. Email: fabibatista1985@bol.com.br.

século XVIII que se dedicaram a responder e a discutir o tema do esclarecimento, tal como os de Moses Mendelssohn e de Kant.

Palavras-chave: Esclarecimento, emancipação, Luzes.

Resumen

Nuestro objetivo en este artículo es mostrar cómo la cuestión sobre la ilustración y el debate que de ella nació hizo sobresalir temas fundamentales a la modernidad: tales como la relación entre política y religión, libertad de pensamiento, emancipación y progreso. Es decir, mostrar de qué modo la noción de ilustración se encuentra con un campo de problemas ético-políticos que todavía nos concierne. Porque si no nos preguntamos más, tal como en 1783 Zöllner preguntaba, "¿qué es ilustración?", Tal vez otra cuestión derivada y complementaria a la primera nos haga actualmente pensar: podemos todavía nutrir el ideal de una humanidad emancipada tal como se presumía durante las Luces? Es decir, ¿puede la ilustración "ilustrar" y emancipar? Para tal tarea recurrimos a algunos textos importantes del siglo XVIII que se dedicaron a responder y discutir el tema de la ilustración, tal como los de Moisés Mendelssohn y de Kant.

Palabras clave: Ilustración, emancipación, Luces.

Introdução

Visto hoje desde a história da filosofia podemos dizer que os pensadores do século das Luzes tinham a autoconsciência do seu tempo, pois procuravam compreendê-lo a partir de certas categorias e por vezes também transforma-lo. Nesse contexto o jogo entre dois termos antagônicos se sobressai: trata-se do jogo entre luz e trevas. De modo que a atividade filosófica buscava iluminar ou esclarecer as trevas das superstições e preconceitos, ou, dito de outro modo, ela buscava estabelecer as diretrizes de um projeto cujo objetivo era a emancipação da humanidade por meio da luz natural da razão. Tudo isso pode parecer um pouco exagerado e *a posteriori*, no entanto, se vamos aos textos da época é perceptível certa concordância entre essa narrativa sobre a filosofia do século XVIII (ao menos certa filosofia do século XVIII) e o que os próprios filósofos do XVIII disseram em seus escritos. Vejamos a princípio, por exemplo, o que diz Aramayo (2013: 9), um historiador da filosofia do nosso século, sobre as Luzes:

O século XVIII é conhecido em termos historiográficos como ‘o Século das Luzes’. Os pensadores daquela época estavam convencidos de poder acabar com as trevas do obscurantismo e entenderam que sua missão era iluminar o gênero humano com a luz do pensamento racional. Tal era o fantasma que recorria a Europa daquele tempo. Na Inglaterra, eles foram chamados de *freethinker*, *philosophes* da França e na Alemanha *Aufklärer*. Mas se eles eram livres pensadores ingleses, filósofos franceses ou esclarecidos alemães, todos compartilhavam o mesmo culto: a confiança de que com as luzes da razão poderiam combater toda superstição e transformar a ordem estabelecida ‘civilizando a humanidade’, para utilizar a expressão de Voltaire².

Aramayo põe em destaque que embora os pensadores se autodenominassem de modos distintos, variando assim a autoreferência de país para país, os fins os mantinham em proximidade: “iluminar o gênero humano”, eis o objetivo deles. Wieland perguntava: “Por que meios *seguros* ele [o esclarecimento] é fomentado? O meio mais infalível de fazer com que ele seja mais claro é aumentar a luz, removendo, tantos quanto forem possíveis, os corpos escuros que impedem sua passagem, e especialmente iluminando cuidadosamente todos os cantos escuros e cavernas nos quais se enfia a turba fotofóbica” (Wieland, 2001: 52). Diz ainda, que assim a “luz espiritual” tal como a material nos permita ver e distinguir o certo do errado (Cf. Wieland). Mas quem é “A turba fotofóbica”? Aquela que quer impedir o esclarecimento? Ela é composta por ao menos dois tipos, o primeiro parece ser conscientemente ludibriador: “quem quer que nos queira dar o preto pelo branco, pagar em moeda falsa ou deixarem fantasmas aparecerem” (Wieland, 2001: 51). O segundo tipo a compor a turba fotofóbica é, talvez, o dono de uma ingenuidade porque este é aquele que “gosta de viver nas nuvens, de construir castelos imaginários, de viajar para a Cocanha ou para as ilhas da felicidade” (Wieland, 2001: 51). Para o autor, ambos são “opositores naturais do Esclarecimento” (Wieland, 2001: 51). Aqui fica evidente a força da oposição que os pensadores das Luzes imprimem ao uso das noções de luz e escuridão. Para eles é uma necessidade que tudo se torne visível sob a luz, seja ela, material, mas, sobretudo e certamente, espiritual.

Na maioria desses pensadores, o esclarecimento indica um processo sem um fim logo a vista, isto é, sem uma espécie de conclusão já no horizonte que disse: “agora somos esclarecidos”. O que esses pensadores por vezes diziam é: temos indícios de que o esclarecimento está ocorrendo, ainda que

² “El siglo XVIII es conocido en términos historiográficos como ‘el Siglo de las Luces’. Los pensadores de aquella época estaban convencidos de poder acabar con las tinieblas del obscurantismo y entendieron que su misión consistía en alumbrar al género humano con la luz del pensamiento racional. Tal era el fantasma que recorría la Europa de aquel entonces. En Inglaterra se llamaban *freethinker* en Francia *philosophes* y en Alemania *Aufklärer*. Pero ya fueran librepensadores ingleses, filósofos franceses o ilustrados alemanes, todos ellos compartían un mismo culto: el confiar en que con las luces de la razón podían combatir toda superstición y transformar el orden establecido ‘civilizando a la humanidad’, por utilizar la expresión de Voltaire”.

lentamente. Por exemplo, em Kant (2011: 33): “Pois, caso se faça, então, a pergunta: Vivemos agora em uma época esclarecida? A resposta será, portanto: Não, mas vivemos certamente em uma época de esclarecimento”. Indícios quase sempre de ordem sócio-política cujo exemplo era a Prússia de Frederico II: “a Prússia é incontestavelmente o Estado mais esclarecido do mundo”, pois possui o mais sábio código legal dentre todas as nações, e, além disso, estabelece “o direito à consciência e a liberdade civil”, “Ciências e artes florescem” (Riem, 2011: 66). Existem também, de acordo com outro pensador, indícios mais gerais do esclarecimento, pois de acordo com Wieland,

Quando o todo se torna mais claro; quando o número de pessoas em geral, que pensam, que pesquisam, que são ávidas de luz, se torna cada vez maior, e, especialmente, quando a massa de preconceitos e conceitos ilusórios se torna, visivelmente, cada vez menor na classe de seres humanos que tem mais a ganhar com o não esclarecimento (2011: 56).

Assim, há esclarecimento quando a luz se expande e se torna mais intensa, isto é, quando aumenta o número de pessoas que querem saber e relativamente a isto diminuem os preconceitos. Há esclarecimento, enfatiza o autor, sobretudo, quando os preconceitos diminuem junto aos que menos tem a ganhar com o esclarecimento. Esse último ponto, todavia, permanece obscuro, pois Wieland apenas menciona e não nos diz diretamente qual é esta classe: seria a nobreza? O clero? Ou “a turba fotofóbica”? Provavelmente não se trata da burguesia porque geralmente o esclarecimento é identificado a ela: a sociedade burguesa é a fonte do esclarecimento porque nela há instrução (Ausbildung) (Erhard, 2011: 92). De qualquer forma, levado adiante, portanto, na sociedade burguesa, o esclarecimento está vinculado a transformações que fundam doravante outro paradigma, o qual se chamará de modernidade, e esses são os seus indícios de acordo com toda uma constelação de pensadores de fim do século XVIII: novos códigos legais, expansão das artes e das ciências, intensificação da luz racional do entendimento, transformações institucionais e espirituais, mudanças da ordem política e ética, jurídica e moral, técnica e científica.

O que é o Esclarecimento?

Todas essas transformações, sob o nome de esclarecimento, propostas por essa *intelligentsia* a toda a humanidade objetivava erradicar de forma radical os costumes fundados na violência, isto é, os promotores do esclarecimento acreditavam na possibilidade e necessidade de erradicar doravante aquilo que chamavam de barbárie e selvageria, pois Riem (2011: 58) dizia:

Quando um bárbaro inglês pendura um escravo negro em uma jaula de ferro na mata fechada para que durante dias a fio os abutres o comam vivo, pedaço por pedaço, e transformem sua agonia em um martírio infernal: - não seria melhor para a

humanidade que a Carolina, onde isto aconteceu, fosse mais esclarecida e aprendesse a honrar os direitos da humanidade?

Quando os iroqueses assam os hurões em uma estaca de fogo lento, as mulheres cortam lenta e longitudinalmente tiras de carne do corpo, arrancam as unhas das mãos e dos pés em lento martírio, e, após o terem torturado dias a fio, se fazem censuras por ele ter sucumbido muito cedo ao martírio: - o que se poderia desejar de melhor ao povo selvagem e bárbaro do que – esclarecimento?

Assim o esclarecimento é contraposto aquilo que é bárbaro ou selvagem, ele é uma passagem a outro modo de “ser”, que na perspectiva desses pensadores implica o respeito aos direitos da humanidade, o que desde a passagem acima podemos inferir que se trata da diminuição da dor e do sofrimento entre os homens ou da minimização máxima das práticas de violência, seja entre os homens da Carolina - no atual Estados Unidos da América – seja entre os grupos que chamamos de indígenas ou autóctones da América. O esclarecimento, notamos, expressava certa confiança na instrução, nas leis, ciências e artes, isto é, ele intensifica a crença na possibilidade da transformação das relações entre os homens por meios não violentos, é a crença da transformação daquilo que há de animal no homem por meio de regulações e técnicas que implicam o mínimo de violência imediatamente visível, legislações mais tolerantes, instrução e educação, novos espaços para as artes e ciências.

Todavia, para que chegassem a tais considerações os filósofos e pensadores foram provocados por uma questão que apareceu em 1883 em um artigo escrito pelo pastor berlinense Johann Friedrich Zöllner - publicado no periódico *Berlinische Monatsschrift* - com o seguinte título: “É aconselhável, de fato, parar de sancionar o vínculo matrimonial através da religião?” Zöllner vê na sanção religiosa do matrimônio um aspecto positivo para a vida social em geral e para o próprio Estado. Ele argumenta que essa sanção do casamento através da religião pode ser fundante de um vínculo mais forte e duradouro entre os cônjuges e que a sociedade e o Estado podem se beneficiar desta ordem matrimonial. “E, na verdade, não é um pequeno ganho para a felicidade total de um povo, se com a sanção religiosa do matrimônio se mantém a representação de que Deus exige a inviolabilidade do mesmo”³. Podemos dizer que com esse tema Zöllner põe em relevo um problema fundamental da

³ “Y, en verdad, no es ganancia pequeña para la totalidad de la felicidad de un pueblo, si con la sanción religiosa del matrimonio se mantiene la representación de que Dios exige la inviolabilidad del mismo. En especial la religión muestra su poderoso y filantrópico efecto cuando casualidades desgraciadas amargan la felicidad matrimonial, cuando consuela al cónyuge desesperado, despierta la paciencia del quejoso y el valor del fracasado” (Zöllner, 2007: 5).

Citamos também, mas apenas em nota, “[...] que precisamente el lazo matrimonial y el familiar, que de él procede, es aquel que en definitiva sustenta todo el Estado. Cuanto más se rebaja y se debilita este vínculo, tanto más desaparece el entusiasmo de los ciudadanos por su patria. Sin duda la grandeza de alma y la suprema filantropía de los hombres nobles contribuye al amor inmediato al Estado; pero para la mayoría la patria es querida, sin embargo, porque están atados a ella por el vínculo de la sangre y del corazón; no es el suelo donde nacieron ni la autoridad que les entrega las primeras leyes los que determinan su patria, sino el padre y la madre, el esposo y los hijos, los hermanos y parientes. Cuánto no le debe, pues, importar al Estado, que conocer el valor del patriotismo, santificar estos vínculos primarios y naturales; y cómo

modernidade, a relação tensa entre Estado e religião, no momento em que a tendência passou a ser a separação entre ambos: por um lado, a neutralidade do Estado em relação a toda e qualquer religião, e, por outro, que ela também deixe de ter influência sobre a esfera dos assuntos que cabem apenas ao Estado.

Para o pastor berlinense, no entanto, estava fora de cogitação a ausência de uma inter-relação entre Estado e religião. Pois, como afirmado acima, esta última com seus ritos e dogmas poderia servir aos próprios fins do Estado: ao sancionar uma relação intersubjetiva prevê a estabilidade desta da qual deriva a estabilidade do Estado. Os autodenominados esclarecidos, por sua vez, afirmavam que doravante o homem deveria viver livre desse ritual religioso e se emancipar desse tipo de autoridade, pois justamente por serem esclarecidos os homens já não necessitavam dela, e eis que Zöllner intervém em resposta aos esclarecidos com uma nota em seu texto, a qual mais ou menos diz: antes de se dizer esclarecido seria necessário responder a questão: o que é esclarecimento? Conclui, pois ainda não a vi respondida.

Dois filósofos logo tomarão a pluma e se colocarão a responder a então questão proposta por Zöllner: Mendelssohn e Kant, ambos publicam seus textos no mesmo periódico em que apareceu o texto do pastor berlinense. Kant a responde em chave política e ética e Mendelssohn de forma mais técnica preocupando-se em dar um contorno mais exato à noção de esclarecimento ligando-a a outras noções. Visivelmente entre nós aparece a resposta de Kant como a mais célebre, pois ela faz parte do rol da fama da história da filosofia, de modo que todo estudante da área desse saber se encontrou ou se encontrará com esse texto que tem menos de dez páginas. Já Mendelssohn por sua vez parece ser lembrado apenas porque Kant em seu ensaio o menciona em nota. O texto de Mendelssohn aparece em setembro de 1784 e o de Kant em dezembro de 1784.

Mendelssohn se dedica a três noções principais, esclarecimento, cultura (*kultur*) e formação (*bildung*). Estranhamente, ao menos em um nível não exatamente filosófico da compreensão dessas noções, tomamos as quase sempre como sinônimas, e, como veremos, talvez assim simplificássemos as coisas se comparamos esta compreensão corriqueira das três noções com a de Mendelssohn. Para ele o esclarecimento e a cultura são partes da formação, ou seja, a formação parece exceder a própria noção de esclarecimento sendo este, como também a cultura, um componente daquela. Vale dizer que cultura é o fazer, é a poesia, são os trabalhos manuais, na medida em que Mendelssohn a compreende como à dimensão prática do humano. Já o esclarecimento está do lado da dimensão teórica e assim com a

podría hacerlo más poderosamente que con la religión? Qué puede esperar el gobierno de la fidelidad de aquellos que no son fieles ni en sus relaciones más inmediatas? Por desgracia esto u olvidan tan a menudo los Estados” (Zöllner, 2007: 6).

ciência e a filosofia. Há formação, diz ele, quando as duas dimensões se encontram e se complementam⁴. Talvez se possa dizer tudo isto acerca de uma pessoa, que ela é esclarecida e que tem cultura e que, portanto, tem formação. Mas o exemplo que Mendelssohn usa é o de povo, e entre muitos que tem apenas cultura ou apenas esclarecimento, ele menciona um que tem ambas, esse povo é o grego, ele tem formação:

Pode-se dizer: os nuremberguianos possuem mais cultura; os berlinenses mais esclarecimento; os franceses mais cultura; os ingleses mais esclarecimento; [os brasileiros mais cultura?] [...]. Os gregos tinham ambos, cultura e esclarecimento. Eles eram uma nação *culta* (bem formada), assim como sua língua é uma língua culta. Em geral, a língua de um povo é a melhor indicação de sua formação, de sua cultura, bem como de seu esclarecimento; isto segundo a extensão, tanto quanto segundo a sua força (Mendelssohn, 2011: 17).

Poderíamos diante dessa passagem acima nos perguntar onde estão esclarecimento e cultura em uma língua. Para Mendelssohn esta adquire esclarecimento por meio das ciências, cultura por meio da “lida social, da poesia e da eloquência” (Mendelssohn, 2011: 17), de modo que se temos esses elementos estamos diante de uma língua com formação (*bildung*). É interessante notar que o autor ao atribuir formação a um povo apenas menciona um antigo e nenhum moderno. E o mais interessante é que Mendelssohn pensa o esclarecimento como parte de algo maior (formação) e aponta assim para a relação entre dois polos, entre o prático e o teórico, isto é, entre a cultura e o esclarecimento. Isto não está tão marcado nos textos de seus contemporâneos que já mencionas aqui. Neles encontramos uma forte ênfase no esclarecimento mesmo, oscilando a abordagem deste entre a ética e a política – talvez o esclarecimento seja assim em Kant, pois ele parece ser o um vínculo entre a vontade de transformar-se (ouse saber!) e de apresentar o que se pensa por si mesmo, nos assuntos que possam importar a todos, em público. Em outros do mesmo período a ênfase recaí mais sobre o cognoscível. Por exemplo, Wieland:

O esclarecimento – isto é, tanto conhecimento quanto for necessário para poder distinguir, sempre e acima de tudo, o verdadeiro e o falso – *deve*, por isso, se disseminar, sem exceção, sobre todos os objetos, sobre os quais ele *puder* se disseminar, isto é, sobre tudo aquilo que for visível ao olho exterior e interior (2011: 50-51).

⁴ É interessante notar como a resposta de Mendelssohn parece agora entre nós bem acertada, ele apesar de responder a questão “o que é o esclarecimento?”, mostra que este é parte de algo mais importante ou mais amplo. Esclarecimento é a face teórica e reflexiva da formação a qual é completada por cultura, isto é, por uma face prática. Talvez possamos pensar a partir da distinção complementar estabelecida por Mendelssohn que um dos erros da modernidade foi apenas ter levado muito a sério o esclarecimento – a filosofia e a ciência, mas mais exatamente as alianças entre estas e a técnica – e ter deixado de lado o que há de entusiasmo e paixão no homem, forças que, como sabemos, pode encontrar as mais belas formas de expressão na arte em geral e na política.

Todavia, Wieland acrescentará em outra passagem um pouco do prático à sua definição ao falar da importância do esclarecimento – do conhecimento – para se distinguir o bem do mal. De qualquer forma, ainda que as definições de esclarecimento tenham disparidades, ele indica para esses filósofos a transformação do mundo e do homem para o “melhor”.

O célebre texto de Kant (1985: 100), assim se inicia: “esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado”. Menoridade é a incapacidade de servir-se de seu próprio entendimento sem a condução de outrem. Da qual ele é culpado, “se a causa da mesma não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de resolução e coragem para se servir de seu próprio entendimento sem a condução de outrem” (Kant, 2011: 23-24). Dupla é a condição para o esclarecimento: a) “*Sapere aude!* Tenha a coragem de servir de teu próprio entendimento! – este é, portanto, o lema do Esclarecimento” (Kant, 2011: 24). Isto é, a saída da menoridade, a emancipação, passa por uma transformação ética, espiritual: a transformação da vontade (“*Sapere aude!*”) e por consequência também a transformação da relação com a autoridade (Ousar saber e conduzir-se, não se deixar conduzir sempre por outro!). b) No entanto, não apenas “*Sapere aude!*” é imprescindível para o esclarecimento, é também indispensável a existência da liberdade mais inofensiva, diz Kant (Cf. 2011): a liberdade de se fazer uso público da razão.

De acordo com o filósofo de Königsberg (Cf. 2011) as causas da menoridade são a preguiça e a falta de coragem, “e é por isso que é tão fácil aos outros arvorarem-se seus tutores”, e acrescenta: “é tão cômodo ser menor” (Kant, 2011: 24). O livro, o diretor de consciência e o médico são exemplos de nossa menoridade, pois “se tiver um livro, que possua entendimento por mim, um assistente espiritual, que possua consciência [moral] por mim, um médico que avalie a dieta, e assim por diante, então não precisarei eu mesmo me esforçar” (Kant, 2011: 24). O problema da menoridade, ao que nos parece, não se encontra no livro, no diretor de consciência ou médico, mas no modo de relação que estabelecemos com eles. Concedemos a eles autoridade e nos eximimos de pensar por nós mesmos: e assim o livro substitui o entendimento, o diretor de consciência substitui as avaliações morais que nós mesmos devemos fazer, e o médico substitui nosso saber sobre como viver mais e melhor – o médico substitui nossas avaliações sobre aquilo que chamamos de saúde. Pois, então, se assim for, o problema é aceitar a comodidade da menoridade: “não me é necessário pensar, se posso apenas pagar; outros, prontamente, se encarregarão da aborrecedora tarefa por mim” (Kant, 2011: 24). Outros pensam por mim! Quem? Tutores de todo o tipo. Kant (2011: 24) em tom de ironia diz: “Aqueles tutores que, com a maior benevolência, assumiram a supervisão sobre os homens cuidam para que a maior parte da humanidade (dentre ela todo o belo sexo) considere o passo para a maioridade além de penoso, muito

perigoso”. Podemos levantar neste ponto algumas questões: por que certos homens assumem o posto de tutores? Por que outros homens desejam viver sob a direção de tutores? Preguiça e covardia são as respostas? Os tutores são simplesmente o resultado da preguiça e covardia? O fato é que

depois de terem primeiro embrutecido seu gado doméstico e de terem cuidadosamente impedido que essas tranquilas criaturas pudessem arriscar um passo fora do andador dentro do qual eles as confinaram, eles mostram, em seguida, o perigo que as ameaçaria, se elas tentassem caminhar sozinhas (Kant, 2011: 24).

Então, se por covardia e preguiça constituímos nossos tutores, estes doravante não pretendem abandonar esta posição, mas, pelo contrário, parecem desejar a perpetuação desta relação entre tutor e tutelado. Primeiro, os tutores aceitam benevolmente esta posição, depois embrutecem “seu gado doméstico” e, por fim, afirmam ser perigoso andar por si mesmo. O que fazer então? “É difícil”, diz Kant (2011: 25),

portanto, para todo e qualquer ser humano particular, desembaraçar-se da menoridade que nele se tornou quase natural . [...]. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou melhor, do mau uso de seus dons naturais, são os grilhões de uma sempiterna menoridade.

Kant faz notar aqui a dificuldade do esclarecimento a um ser humano particular: não se trata, portanto, de um projeto a ser realizado individualmente, ou apenas e somente individualmente. Pois quem quer que seja ouse sair de lado estes grilhões, daria “apenas um salto incerto sobre o mais estreito fosso” (Kant, 2011: 25). Isto porque ele não “está habituado a tal movimento livre” (Kant, 2011: 25). As dificuldades para a saída da menoridade são muitas, pois ela é quase natural e não estamos acostumados a andar com as nossas próprias pernas (isto é, pensar livremente) e, finalmente, ainda que se ouse desembaraçar-se da menoridade por meio do próprio cultivo de seu espírito, temos que aprender doravante a trilhar um caminho seguro. De qualquer forma Kant não vê no cultivo do ser humano particular a efetivação do esclarecimento, ou duvida muito da possibilidade de ser por aí a saída para ele.

Talvez um público se esclareça, diz o filósofo alemão. Foucault (2010: 9) ao ler o ensaio de Kant diz: público (*Publikum*) é “a relação concreta, institucional, ou em todo caso instituída, entre o escritor (o escritor qualificado, traduz-se em francês: *savant*; *Gelehrter*: homem culto) e o leitor (o leitor considerado como indivíduo qualquer)”. Esta relação se dá por meio das sociedades e comunidades de intelectuais: “O público é uma realidade, uma realidade instituída e desenhada pela própria existência de instituições como as sociedades científicas, como as academias, como as revistas, e o que circula nesse âmbito” (Foucault, 2010: 10). Diz Kant que é

[...] possível [...] que um público se esclareça por si mesmo; é até praticamente inevitável, se apenas lhe deixarmos ser livre. Pois sempre há aí aqueles que pensam por si mesmos, até mesmo entre os referidos tutores da grande multidão, os quais, assim que tiverem eles mesmos deixado para trás o jugo da menoridade, difundirão ao redor de si o espírito de uma estima racional pelo próprio valor e pela vocação de todo ser humano para pensar por si mesmo (Kant, 2011: 25).

No entanto, diz Kant (2011: 25-26), “que o público anteriormente submetido por eles [tutores] a esse jugo, caso seja incitado a voltar-se contra ele por alguns desses seus tutores, eles mesmos incapazes de todo esclarecimento, daí em diante os obrigará a permanecer sob o jugo de outrora”. O tutor de outrora, que doravante se pretende libertador, não pode por si só empreender esta ação. Porque, primeiro, ele próprio é incapaz de todo esclarecimento, e, segundo, depois de intensificar o estado de menoridade ele se torna refém dela. “É por isto que é tão nocivo plantar preconceitos, pois, ao fim e ao cabo, eles se vingam daqueles que foram os seus autores ou dos predecessores desses autores” (Kant, 2011: 26). Assim, “um público só pode alcançar o esclarecimento lentamente” (Kant, 2011: 26). Com esta conclusão o filósofo de Königsberg põe de lado a revolução como meio para o esclarecimento: “Por meio de uma revolução poder-se-á talvez levar a termo a queda do despotismo personalista e da opressão ávida por riqueza ou domínios”, mas com ela não se obtém “uma verdadeira reforma no modo de pensamento” (Kant, 2011: 26). Pois, “Na verdade, novos preconceitos servirão, da mesma maneira que os velhos, de coleiras para guiar a grande multidão destituída de pensamento”. Duas noções estão em jogo aqui, revolução e reforma: a primeira é abrupta e repentina, a segunda é processual e calculada. Kant diz que o esclarecimento é alcançável lentamente entre um público, logo, não é pela via da revolução, convulsiva e imprevisível, mas pela reforma, ordenada passo a passo, que acontece o esclarecimento.

Marx e Engels, depois de Kant e na contramão deste, pensam que a emancipação deve passar pela revolução. Afirmam desde uma filosofia da história e da análise das condições e das forças de produção, que a revolução é inevitável se a classe operária se organizar em um grande comitê mundial e aproveitar, sobretudo, as crises do capitalismo para que por meio delas e com elas possam derrubar a burguesia. Assim, Marx e Engels, ao contrário dos filósofos das Luzes, apostam na revolução para a saída do homem do estado de menoridade. Para eles o protagonista, não é como entre os iluministas, o público (*Publikum*) fazendo uso público da razão, mas o proletariado fazendo a revolução. Em tom combativo os dois proclamam:

os comunistas desdenham ocultar suas opiniões e metas. Abertamente, declaram que seus fins só podem ser atingidos pela derrubada violenta de todas as condições sociais existentes. Que a classe governante trema frente à revolução comunista. Os

proletários nada têm a perder fora as suas correntes. Têm o mundo a ganhar (Marx; Engels, 2002: 63).

Todavia, como mencionado, a “saída” em Kant (2011: 26) é outra: “Para este esclarecimento, porém, nada mais se exige a não ser a liberdade; e, de fato, a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa efetivamente chamar de liberdade, a saber: a liberdade de fazer uso público⁵ de sua razão por toda a parte”. Liberdade para quem? Para o público? Mas, diz Kant (2011: 26): “ouço [...] clamarem de todos os lados: não raciocine! O oficial diz: não raciocine, exercite-se! O conselheiro de finanças: não raciocine, pague! O clérigo: não raciocine, crê!”. Porém há uma voz dissonante, “um único senhor no mundo diz: raciocinai, tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes; porém, obedecei!” (Kant, 2011: 26). Este senhor é Frederico II (1712-1786) rei da Prússia, o rei-filósofo ou “déspota-esclarecido”,

[...] aquele monarca que, ele mesmo esclarecido, não se amedronta diante de sombras, mas tem à mão ao mesmo tempo um bem disciplinado e numeroso exército para garantir aos cidadãos a tranquilidade pública, que pode dizer aquilo que não se permite a um Estado livre arriscar: raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes; apenas obedecei! (Kant, 2011: 35).

O que significa a proposição que Kant atribui a Frederico II: “raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes; apenas obedecei!”? Trata-se, por um lado, do uso público da razão que é livre: “raciocinai...”. Por outro lado, do uso privado da razão, que é, por sua vez, restrito à obediência: “obedecei!”. “O uso público de sua razão precisa ser livre a todo o momento e só ele pode concretizar o esclarecimento entre os seres humanos”. Kant, vemos aqui, vincula o uso público da razão à liberdade. Ao passo que o uso privado da mesma é restrito e, todavia, não implica impossibilidade da saída da menoridade.

Sobre o primeiro tipo de uso diz o filósofo alemão: “Compreendo [...] por uso público de sua própria razão aquele uso que alguém, enquanto erudito, faz diante de todo o público do mundo letrado” (Kant, 2011: 27). Quem é o erudito? O que se compreende por mundo letrado? Ou melhor, público do mundo letrado? Por erudito Kant talvez compreenda aquele que não substitui o entendimento pelo livro, aquele que não substitui a consciência moral por um diretor de consciência, aquele que não substitui necessariamente seu saber sobre seu corpo e sua saúde pelo saber do médico. Em poucas palavras, o erudito é aquele que ousa saber. Complementarmente compreendemos a noção de público do mundo letrado como a relação que o erudito estabelece com seus pares, ou ainda com qualquer leitor.

⁵ *Öffentlichen Gebrauch*: uso público. *Öffentlichen* é adjetivo ou advérbio, respectivamente: 1. Público; pública. 2. Em público; publicamente. *Gebrauch* é substantivo: uso. *Publikum*, anteriormente citado, é substantivo (Cf. Irmen, 1982).

Segundo: “Chamo de uso privado, por outro lado, aquele que o erudito pode fazer de sua razão em um específico *cargo* civil ou em uma função que foram confiados a ele” (Kant, 2011: 27). Temos, assim, dois usos da razão: é na qualidade de sujeito universal (alguém enquanto erudito dirige-se ao mundo letrado) que faço uso público e livre da razão; e é na qualidade de indivíduo (alguém enquanto erudito que ocupa um cargo civil) que faço uso privado e restrito da razão (Cf. Foucault, 2010). Porque

para muitos negócios, geridos em interesse da coletividade, é necessário um certo mecanismo [uso privado da razão], por intermédio do qual alguns membros da coletividade necessitam se comportar de maneira meramente passiva, de modo que, mediante uma unanimidade artificial, eles sejam conduzidos pelo governo em direção a finalidades públicas ou, pelo menos, impedidos de causar uma destruição destas finalidades (Kant, 2011: 27).

Para explicitar a relação entre uso privado da razão e obediência, relação cujo objetivo é assegurar que aquele que ocupa um “cargo civil” aja de tal modo que a sua ação esteja de acordo com os fins públicos estabelecidos pelo governo, Kant (Cf. 2011) usa a metáfora da máquina: é enquanto peça da máquina que faço uso privado da razão, e, aqui, não é permitido racionar, mas obedecer.

Todavia, na medida em que esta parte da máquina se considera, ao mesmo tempo, como membro de toda uma coletividade, sim, até mesmo como membro da sociedade cosmopolita, e isto na qualidade de um erudito que se volta para um público em sentido próprio por meio de escritos, ele pode certamente raciocinar sem que, por causa disso, sofram os negócios aos quais ele está em parte submetido como membro passivo (Kant, 2011: 27-28).

Um soldado durante o trabalho deve obedecer, diz Kant, pois nessa circunstância seria prejudicial ao serviço militar se ele se pusesse a raciocinar em voz alta sobre a pertinência ou não de uma ordem de um superior. Mas, pensa Kant, que o mesmo soldado, enquanto homem versado no assunto pode “[...] fazer comentários sobre os erros no serviço militar e de expor esses erros ao seu público para julgamento” (Kant, 1985: 106). “O cidadão não pode se recusar a pagar as taxas impostas a ele” (Kant, 2011: 28). No entanto, este mesmo cidadão, enquanto erudito, apresenta ao público do mundo letrado – “exterioriza publicamente” – “seus pensamentos contra a improbidade ou a injustiça de tais imposições” (Kant, 2011: 28). O postulado aqui é: aquele que expõe um assunto deve expô-lo publicamente ao público, e a expectativa é que o público, por sua vez, o receba. Em última instância, trata-se de uma utopia que prevê a sociedade letrada, em que ler e escrever é a atividade fundamental. Assim o esclarecimento, desde a perspectiva do filósofo de Königsberg, seria lento, mas, desde que dadas certas condições – liberdade do uso público da razão, distinção entre uso público e uso privado da razão –, alcançável. Kant via isso acontecer especialmente na Alemanha do seu tempo, quando a

liberdade acima exigida estava assegurada sob o governo de Frederico II: pois, sendo este um esclarecido, estabelece as condições de saída da menoridade aos demais.

Considerações finais

As questões que podemos colocar são: passado dois séculos o que aconteceu com a utopia-esclarecimento? Somos esclarecidos? O que é para nós o esclarecimento? Pode o esclarecimento esclarecer? Cumpriram-se os prognósticos dos pensadores das Luzes? Ehard (2011: 93-94) dizia com entusiasmo: “O Esclarecimento é a meta da humanidade, meta que ela pode atingir e que irá em breve atingir. Fomentá-lo é o dever de todo ser humano, e, por isso mesmo, todo ser humano é também capaz de atingi-lo”. Ou ainda,

Não devemos abandonar jamais a ideia de que, assim como a humanidade se considera dentro de um crescimento contínuo e, por meio da atividade racional, deve alcançar os níveis mais altos, esse é também o caso do Estado de acordo com suas energias internas e relações externas (Geich, 2007: 89)⁶

Uma filosofia da história, animada por uma espécie de metafísica do progresso, subjaz as especulações dos filósofos das Luzes. Pois para eles a história tem um objetivo e ele será atingido: a igualdade e a liberdade enfim na forma de leis positivas, a paz entre as nações definitivamente selada, e o aperfeiçoamento do homem posto em prática (Cf. Condorcet, 1993). Cada pensador ao seu modo nutria uma esperança calculada, uma fé racional naquilo que a humanidade estava começando a se tornar e ainda poderia vir a ser. Uns porque olhavam para o “passado” e viam um crescente aperfeiçoamento quase que inabalável: quase, porque essa trajetória do Ocidente rumo aos “níveis mais altos” também comporta erros, como foi o caso da Idade Média e seu obscurantismo de cunho religioso que fez com que os avanços e conquistas da antiguidade se estagnassem até o advento do Renascimento (Cf. Condorcet, 1993). Outros notavam que seu próprio tempo trazia em si os signos do esclarecimento, seus valores e ideais (Cf. Kant, 2011). Em ambos, seja com o filósofo francês ou com o alemão, o que se vê é um vaticínio racional: algo já acontece e deverá se realizar plenamente, ainda que lentamente. Quando? Não é dito. De que modo? A esta última questão eles deram respostas. A maioria entre eles defendia um caminho seguro e gradual rumo ao esclarecimento, era o homem conduzindo um processo em direção do seu possível acabamento coroado. Essa condução se dava por

⁶ “No hay que abandonar jamás la idea de que, así como la humanidad se considera dentro de un crecimiento continuado y a través de la actividad racional debe alcanzar las cotas más elevadas, así sucede también con el Estado según sus energías internas y sus relaciones externas” (Geich, 2007: 89)

meio da luz do entendimento, da instrução e do uso público da razão. Nesse quadro a violência e a ruptura imediata da ordem não estavam previstas, ou eram aceitas, com ressalvas, apenas por uma pequena minoria entre os pensadores da época. Ehard afirmava o direito irrestrito ao esclarecimento de todos os povos e por isso dizia que eles teriam o direito de fazer uma revolução, caso o governo negasse os meios para tal fim. “Por uma revolução do povo não se pode pensar outra coisa a não ser a busca pela auto-instituição de seu direito à maioria, mediante a violência, e a busca pela superação das relações legais entre os homens do povo e os aristocratas” (Ehard, 2011: 84). Se Ehard, na contramão da maioria no que se refere aos meios para o esclarecimento, admitia a revolução, Hamann se levanta contra a concepção da culpa da menoridade como consequência da preguiça e covardia em referência imediata a resposta do “quiliasta cosmopolita”, Kant. “Para mim o erro básico reside no maldito epíteto auto-culpado”⁷. O autor se refere a leitura kantiana da noção de menoridade, e questiona:

Quem é este *outro*⁸, Pele-de-Urso ou condutor, que o autor tem na cabeça, mas que não tem a coragem de nomear? Resposta: o enfadonho tutor, que tem que ser compreendido implicitamente como o correlato dos menores. Este é o homem da morte . A tutela culpada e não a menoridade⁹.

“O homem da morte” é uma referência à Bíblia, livro de Samuel: nela ele é aquele que se aproveita dos mais fracos, tal como o tutor esclarecido do menor entre nós? Essa parece ser a perspectiva de Hamann, pois ele toma o problema do esclarecimento desde outra perspectiva: se Kant e até mesmo Ehard, ainda que mais radical que Kant, imputaram a culpa da menoridade ao menor, o primeiro atribui a culpa ao tutor. Diz ainda Hamann (2007: 33) em tom de combate: Kant, e eis o ponto alto da crítica dele, faz parte da classe dos tutores e atribui a culpa à menoridade quando na verdade, como mencionado, a culpa é do tutor que nem sequer é verdadeiramente um, pois que é tutelado por outro que se encontra acima dele, rei ou monarca - Frederico II. Acrescenta Hamann.

Com que consciência pode reprovar um charlatão ou especulador, protegido em seu cantinho e enfiado em seu gorro de dormir, reprovar a covardia dos menores, quando seu cego tutor possui um bem disciplinado e numeroso exército para a garantia de sua infalibilidade e ortodoxia? Como pode alguém zombar da preguiça de tais seres menores, quando seu tutor esclarecido e de pensamento autônomo os ilustra como os exímios basbaques de todo o espetáculo, não os considerando nem ao menos como máquinas, mas antes como meras sombras de sua enormidade? Ante tais menores,

⁷ “El error básico reside a mi juicio en el maldito epíteto autoculpable” (Hamann, 2007: 33).

⁸ Referência ao primeiro parágrafo do texto de Kant “Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento?”.

⁹ “¿Quién es el *otro*, holgazán o guía, que el autor tiene en la cabeza, pero que no tiene el coraje de nombrar? Respuesta: el desgraciado tutor, que ha de ser comprendido implícitamente como el correlato de los menores de edad. Este es el hombre de la muerte. La tutela culpable y no la minoría de edad” (Hamann, 2007: 33).

ele não deve temer absolutamente nada, pois eles são seus espíritos servís e os únicos em cuja existencia ele crê¹⁰.

Aqui a referência ao texto de Kant (2011) é explícita. Hamann constrói sua crítica ao filósofo de Königsberg a partir de dois pares: a) covardia dos menores e disciplinado exército do tutor; b) preguiça dos menores que, para o tutor esclarecido, são espíritos servís. Desde essa perspectiva o tutor e sua rede de tutores é aquele que mantém o menor no estado de menoridade: pois de que modo ousar saber, pensar e agir diante do numeroso exército do tutor quando se é tratado não mais do que apenas como um espírito e corpo servil? “Daí resulta uma e a mesma coisa: creia, exercite-se, pague, se não quiser que o diabo te carregue. Não é isto estupidez em três partes? E qual delas é a maior e a mais grave? Um exército de sacerdotes ou mercenários, servos e exploradores?”¹¹. Por fim diz que,

O esclarecimento de nosso século, portanto, é uma mera aurora boreal, a partir da qual não se deixa profetizar nenhum quiliasmo cosmopolita por alguém enfiado em seu gorro de dormir e protegido em seu cantinho. Toda a tagarelice e especulação dos exímios menores, que se erigem em tutores dos que se convertem a si mesmos em tutores menores, porém providos de facas de caça e punhais, é uma fria e infrutífera luz da lua, sem esclarecimento para o preguiçoso entendimento e sem calor para a covarde vontade – e toda a resposta da pergunta proposta é uma iluminação cega para cada menor que passeia ao meio dia (Hamann, 2011: 45-46).

Em resumo: o outro do texto de Kant, o tutor, é o culpado e não o menor diretamente nomeado como autoculpado. Pois esse tutor é um serviçal do Estado que por sua vez o ajuda a manter os menores dentro dos limites, sendo ele também em verdade apenas um exímio menor. Por isso o esclarecimento é apenas uma luz tremulante no horizonte a partir da qual não se pode prever um amanhã esclarecido. Hamann, todavia, vê uma saída: “quanto mais fortemente se luta contra os tutores, que no máximo podem matar o corpo e esvaziar as carteiras, tanto mais caritativos somos em favor de nossos irmãos menores e proveitosos nas boas obras da imortalidade”¹². Embora ele não seja muito claro em suas proposições, o que nos indica, portanto, é que o “verdadeiro Esclarecimento” passa pela luta contra os tutores, e nada mais é dito. Talvez uma revolução, talvez a permanente oposição aos tutores – lobos

¹⁰ “¿Con qué conciencia puede reprochar un charlatán o especulador, protegido en su rincón y enfado en su gorro de dormir, la cobardía del menor de edad, cuando su ciego tutor posee un bien disciplinado y numeroso ejército para la garantía de su infalibilidad y ortodoxia? ¿Cómo se puede burlar uno de la pereza de tales menores de edad, cuando su tutor esclarecido y de pensamiento autónomo los ilustra como los exímios mentecatos de todo la obra, no considerando ni al menos como máquinas, sino más bien como meras sombras de su enormidad? Ante tales menores, él no ha de tener ningún temor, puesto que ellos son los espíritus a su servicio y los únicos en cuya existencia él cree” (Hamann, 2007: 33-34).

¹¹ “De ahí resulta una y la misma cosa: cree, ejercita y paga, si no quieres que el diablo te cargue. ¿No es esto estupidez de tres partes? ¿Y cuál de ellas es la más grande y grave? Un ejército de curas o esbirros, siervos y explotadores?” (Hamann, 2007: 34).

¹² “Cuanto más fuertemente se lucha contra los tutores, que como máximo pueden matar al cuerpo y vaciar la bolsa, tanto más caritativos somos en favor de nuestros hermanos menores de edad y provechosos en las buenas obras de la inmortalidad” (Hamann, 2007: 35).

em pele de cordeiros? De qualquer maneira a “saída” não é clara, o que é claro é que Hamann é uma voz dissonante em meio as apostas e respostas positivas das Luzes sobre a emancipação.

Thomas More (1972: 314) disse ao final de seu livro: “confesso sem dificuldade que há entre os utopianos uma quantidade de coisas que eu aspiro ver estabelecidas em nossas sociedades”. Ele, todavia, por saber que a República de Utopia não estava de acordo com as condições objetivas do mundo daquela época, também acrescentava: “Aspiro, mais do que espero”. De certo modo podemos dizer o mesmo sobre a questão do esclarecimento, “Aspiro, mais do que espero”, pois se durante as Luzes os pensadores diziam “Aspiramos e esperamos”, atualmente sabemos das complexidades que implicam a emancipação. Pois por um lado, a tarefa do esclarecimento atualmente pode ter também como lema “ouse saber”, pense por si mesmo, mas, por outro, deve por em questão o uso público e privado da razão, isto é, por em questão o ponto nevrálgico do esclarecimento, pois a própria razão desde as Luzes tem contribuído para a construção de um mundo tecnificado, um “mundo administrado”, para falar como Adorno, que pouco parece contribuir com a saída da minoridade, de modo que tal saída se parece cada vez mais com um labirinto. Seria o esclarecimento atualmente a saída da saída da minoridade? Ou o esclarecimento do esclarecimento?

Referências:

- Adorno, T. (1995). *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Aramayo, R. (2013). Estudio Preliminar. In: Kant, I. *¿Qué es la Ilustración? Y otros escritos de ética, política y filosofía de la historia*. Madrid: Alianza Editorial.
- Condorcet. (1993). *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. São Paulo: Unicamp.
- Engels, F.; Marx, K. (2002). *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Erhard, J.B. (20119). Sobre o direito do povo a uma revolução. In: *O que é Esclarecimento?* Rio de Janeiro: Via Verita. (pp. 83-94).
- Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Geich, J. B.(1988). Acerca de la influencia de la Ilustración sobre las revoluciones. In: Maestre, A; Erhard, J.B.; Herder, J. G.; Kant, I.; Lessing, G. E.; Mendelssohn, M.; Schiller, F. *¿Qué es Ilustración?* Madrid: Tecnos. (pp. 81-92).
- Hamman, J.G. (1988). Una carta sobre la Ilustración. In: Maestre, A; Erhard, J.B.; Herder, J. G.; Kant, I.; Lessing, G. E.; Mendelssohn, M.; Schiller, F. *¿Qué es Ilustración?* Madrid: Tecnos (pp. 31-35).
- Irmen, F. (1982). *Langenscheidts: dicionário de bolso das línguas portuguesa e alemã*. Berlin: Langenscheidt.

- Kant, I. (2011). Resposta à pergunta: O que é esclarecimento? In: *O que é Esclarecimento?* Rio de Janeiro: Via Verita (pp. 23-36.)
- Kant, I. (1985). Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? [“Aufklärung”]. In: *Textos seletos*. 2ª ed. Petropolis: Vozes.
- Mendelssohn, M. (2011). Sobre a pergunta: o que quer dizer esclarecer? In: *O que é Esclarecimento?* Rio de Janeiro: Via Verita. (pp. 15-22)
- More, T.(1972). *A Utopia*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores).
- Riem, A. (2011). O esclarecimento é uma necessidade do entendimento humano. In: *O que é Esclarecimento?* Rio de Janeiro: Via Verita. (pp. 57- 70)
- Wieland, C.M.(2011) Seis perguntas sobre o esclarecimento. In: *O que é Esclarecimento?* Rio de Janeiro: Via Verita. (pp. 49-56)
- Zöllner, J.F.(1988) ¿Es aconsejable, en lo sucesivo, dejar de sancionar por la religión el vínculo matrimonial? In: Maestre, A; Erhard, J.B.; Herder, J. G.; Kant, I.; Lessing, G. E.; Mendelssohn, M.; Schiller, F.¿*Qué es Ilustración?* Madrid: Tecnos (pp. 3-10).